A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil[1]

Alberto Lucas Artifon
Cinthia Raquel da Silva Paixão
Gibran Schreiter Costa
João Paulo Alves Assêncio
Júlia Rabelo Mousinho
Sabryna de Almeida Sabino
Centro Universitário do Distrito Federal-UDF

RESUMO
O presente artigo tem o objetivo de analisar a política de diplomacia brasileira para sua tomada de decisão para o uso de seu *hard power* no cenário internacional por meios de suas missões de paz na Angola e Haiti como uma maior projeção brasileira no cenário mundial. Será apontada a relevância da presença militar brasileira nas missões de paz a cargo da Organização das Nações Unidas, em 2004 o Brasil alcançou a posição de coordenação e comando da força militar em importantes missões, como no Haiti. Essa estratégia está em intrínseca a política exterior do Brasil, que destaca o tema de segurança imediato, bem como os reais motivos que geram conflito e violência no ambiente internacional. Para esta abordagem foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre política de defesa e segurança do Brasil e sua influência no cenário internacional. Por fim é analisado se o *soft power* da política externa do Brasil tem condições de pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas observando uma maior e melhor colaboração para as missões de paz.

Palavras-chave: Operações de Paz; Inserção Internacional; Brasil; Conselho de Segurança da ONU; Angola; Haiti.

Preparado para o *XIV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional*, Academia Militar das Agulhas Negras, Resende/RJ, 24-28 de julho de 2017.

Introdução

A diplomacia brasileira se orgulha ao reafirmar um acumulado histórico da política exterior nacional fundamentado em valores e princípios, como a não-intervenção, a resolução pacífica de controvérsias, a imparcialidade e o respeito ao direito internacional. Essa retórica máscara o papel fundamental das forças armadas para a consecução dos objetivos do país. O poder militar brasileiro (*hard power*), além de importante para questões de segurança internacional e defesa, sustenta o esforço de ampliação do papel político internacional, da autonomia e do poder de barganha do país.

Um dos argumentos deste artigo é que o poder militar brasileiro não pode ser negligenciado na busca pelos interesses nacionais. Ignorar as vantagens que as forças

[1] Este artigo foi produzido e orientado no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudo em Segurança Internacional e Defesa Nacional, vinculado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, coordenado pelo Prof. Dr. Ulysses Tavares Teixeira.

armadas aportam aos planos de inserção internacional do país prejudica inclusive o próprio *soft power* tão exaltado. À medida que se consolida e se expande a política de defesa e segurança do Brasil, amplia-se também sua influência internacional, em especial pelos países em desenvolvimento na América do Sul, na América Central e na África, mostrando tendências crescentes de um comportamento característico de potência regional. A ausência de conflitos territoriais e as opções pela cooperação e pela não securitização de ameaças advindas dos países vizinhos estão relacionados a uma estratégia internacional que enfatiza o desenvolvimento ao invés de questões estratégico-militares. Mas isso não significa que as forças armadas não possuam seu papel na busca pelos objetivos nacionais.

Uma das estratégias brasileiras de engajamento externo tem sido a participação ativa em instituições internacionais. Nesse âmbito, questões como desenvolvimento econômico, direitos humanos e meio ambiente dividem a pauta dos interesses nacionais com questões de segurança. O pleito brasileiro de ator importante em questões de segurança internacional e manutenção da paz é antigo e marcou-se pela ambição de participar permanentemente dos principais fóruns de debate de tais questões. Essa tem sido uma demanda apresentada pelo serviço exterior ao menos desde a participação do país na Segunda Guerra Mundial e a subsequente criação da Liga das Nações.

Posteriormente, a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, ainda que marcado por altos e baixos, tem influenciado o comportamento externo do país, em especial durante os últimos governos. O argumento de que o Brasil consegue contribuir substancialmente em questões de manutenção da paz e da segurança internacionais com um poder paradoxalmente forte em *soft power* e suave em *hard power*, não exime o país, entretanto, de participar de ações tradicionais de manutenção da ordem, envolvendo suas forças armadas.

Esse artigo busca, portanto, examinar as contribuições militares brasileiras em esforços internacionais que exigiram o uso da força, mas que estavam inseridos no contexto de estratégias de inserção internacional do país. A participação em operações de paz da ONU possui tais características. Cada participação bem-sucedida reforça as credências brasileiras para tratar de questões internacionais de segurança e manutenção da paz.

A primeira seção deste artigo apresenta o desenvolvimento do uso da força pelas Nações Unidas, mostrando como a evolução dos fundamentos de tais missões, passando do *Peace enforcement* ao *peacebuilding*, se encaixa com a retórica diplomática nacional, examinando, inclusive, as contribuições brasileiras a tais missões, com o desenvolvimento do conceito de “responsabilidade ao proteger”.

A segunda seção descreve a participação histórica do Brasil na Organização das Nações Unidas, apresentando os argumentos que acompanham o pleito pelo assento permanente no Conselho de Segurança e outras contribuições brasileiras aos trabalhos da organização, examinando como tal comportamento se encaixa na estratégia de inserção internacional do país.

A terceira e a quarta seções discutem a participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas. Aqui são examinadas as contribuições das forças armadas para a consecução de objetivos de política externa. Os casos escolhidos para subsidiar tal debate foram as operações de paz realizadas na Angola e no Haiti. Serão apresentados os contextos dos problemas que exigiram as intervenções da ONU e analisados os papéis desempenhados pelas forças armadas brasileiras.

A quinta seção possui um caráter mais avaliativo, examinando as repercussões da participação brasileira nas missões de paz. Em que medida o *hard power* se conjuga ao *soft power* e ajuda a promover a capacidade brasileira de contribuir com questões de manutenção da paz e da segurança internacionais? Qual a relação entre os resultados dessas missões de

paz e os objetivos de inserção internacional do país?

Em resumo, este artigo busca contribuir para o debate sobre o papel das forças armadas nas operações de paz para o avanço da estratégia de inserção internacional do Brasil.

1. Operações de paz

1.1 Operações de paz: conceito e funções

O sistema internacional sofre alterações a partir da ocorrência de fenômenos, atuações e acontecimentos expressivos na ordem, tais como guerras ou crises econômicas. Além disso, as relações entre os Estados têm se modificado de maneira significativa ao longo do tempo, gerando a preocupação e a motivação de investimento em um grande instrumento das Nações Unidas: as operações de paz.

Desde a sua criação, a Organização das Nações Unidas (ONU) possui o propósito de manter a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

As operações de paz tornaram-se uma espécie de expressão mais ostensiva do engajamento solidário da comunidade internacional com a promoção da paz e da segurança. Muito embora essas operações não constem na Carta das Nações Unidas, elas tornaram-se um importante instrumento a fim de ratificar a presença da ONU em áreas conturbadas. Dessa forma, foi percebido que as operações de paz seriam de extrema importância, com implicações políticas, estratégicas, éticas e sociais.

As operações de paz possuem quatro categorias de compromisso, são elas: a prevenção de conflitos e diplomacia preventiva; a manutenção da paz; a imposição da paz; e a construção da paz. Dentre elas, há dois tipos de categorias mais importantes, a primeira são as operações de manutenção da paz, que são empreendimentos multinacionais que precisam ter sido acordados anteriormente pelas partes envolvidas, servindo para converter esforços sobre uma área conflituosa ou com indícios de que está se tornando conflituosa, para assegurar a vida e promover segurança; e a segunda, são as operações de imposição da paz, tratam-se do desempenho de restabelecimento da paz entre envolvidos beligerantes, sem prévio consentimento entre as partes.

Atualmente a imposições da paz é menos comum de ocorrer, em decorrência de críticas acerca do uso da força. Segundo o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Marinha do Brasil) Carlos Chagas Viana, quanto maiores os níveis de força utilizados nas operações de paz, mais elas se tornam políticas e mais indistintas se tornam suas fronteiras com as operações de guerra[2].

Todas as atuais operações de *peacekeeping,* ocorrem com o consentimento do Estado envolvido e permitem o uso de todos os meios necessários, segundo o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O uso da força, no entanto, é autorizado para proteger civis, conforme a Lei Internacional Humanitária de distinção, que dispõe princípios, tais como, proporcionalidade e uso mínimo da força.

A Comunidade Internacional busca construir um conceito normativo e um entendimento comum com relação à questão do uso da força, especialmente para a proteção

---

[2] Ver: A Implementação da Responsabilidade de Proteger: Novos Rumos para a Paz e a Segurança Internacional. Instituto Igarapé, p. 37, 2013.

de populações civis.

Nesse sentido, surge o ideal da R2P (Responsabilidade de Proteger), criada a partir de discussões da comunidade internacional acerca da intervenção militar estrangeira em um Estado ao qual a população estivesse vedada de sua tutela e sofresse graves violações dos direitos humanos. Esse ideal foi acolhido pelo ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, que propunha medidas de reforma da organização e constou na resolução final da World Summit Outcome 2005. Nessa resolução encontraram-se três pilares da *responsibility 2 protect* sendo eles: a) os Estados possuem a responsabilidade em primeira instância de proteger a sua população do genocídio, da limpeza étnica e dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra; b) a comunidade internacional possui a responsabilidade de promover auxílio aos Estados na construção da aptidão de exercer a sua responsabilidade primária; e c) a comunidade internacional possui a responsabilidade de se utilizar de meios diplomáticos, humanitários, entre outros para preservar as populações contra tais crimes. Caso o Estado falhe na tutela de sua população, é necessário que a comunidade internacional esteja preparada para a adoção de ações coletiva para proteger a população, no contexto da Carta das Nações Unidas. Além disso, essas operações teriam grande influência na vida de diversos indivíduos ao redor do mundo.

Contudo, questões relativas ao uso da força surgem, naturalmente, com a aplicação do terceiro pilar. A exemplo, o caso da Líbia, onde a operação não ficou claro se foi realmente bem-sucedida na proteção das populações civis ou se acabou por criar uma situação humanitária mais complexa, com milhares de refugiados e abusos de direitos humanos por ambos os lados. Uma das principais consequências da intervenção na Líbia foi certamente o desgaste da legitimidade inicial da R2P

Em observância a esse cenário, o Brasil apresentou em 2011 a *RwP* (Responsabilidade ao Proteger), que representou uma importante inovação na tentativa de impedir a proliferação descuidada, indiscriminada e especialmente política das operações. Nessa proposta, os pilares da R2P devem ser sequenciados, ou seja, o segundo pilar só seria implementado após o primeiro; e o terceiro apenas se os outros fracassassem. A RwP defende, o aprimoramento da prevenção e a resolução pacífica de disputas, de modo que o uso da força só ocorra em casos excepcionais, com a necessária autorização do Conselho de Segurança da ONU.

Não obstante, a RwP, preocupa-se profundamente com o monitoramento, o controle e a limitação de seu uso e em evitar a degradação ainda maior da situação humanitária, em casos nos quais o uso da força é autorizado.

1.2 Função das Forças Armadas nas operações de paz da ONU

A partir do momento em que as Forças Armadas passam a atuar em missões de paz das Nações Unidas, seus princípios de orientação e de doutrina nacional são substituídos por princípios internacionais de caráter básico, sendo alguns dos mais expressivos:

Imparcialidade: busca-se intensivamente a implementação do mandato e entende-se que a execução objetiva dele deve ser mantida mesmo que haja qualquer provocação ou desafio a frente; Uso apropriado da força: o uso da força é entendido como o último recurso a ser utilizado em um conflito, em exceção da defesa própria. Em alguns casos o Conselho de Segurança pode autorizar o uso da força armada além da defesa própria; Respeito pelos princípios do direito internacional humanitário: em caso de qualquer violação do direito internacional humanitário, os indivíduos que representam a ONU sofrerão ações legais da parte do seu sistema nacional de justiça militar. Além disso, deve ser respeitada a vedação de certas armas e métodos de combate. Se tratando dos civis, mulheres e crianças exigem proteção especial contra violação, agressão e prostituição forçada; Desarmamento,

desmobilização e reintegração: caso o mandato da missão inclua um programa que busca supervisionar o desarmamento, a desmobilização e a reintegração, o componente militar atua diretamente apenas na fase de desarme e moderadamente na etapa de desmobilização, sendo a reintegração tarefa de função civil e que deve ser organizada pelas autoridades nacionais; Imposição de sanções: em alguns momentos, o componente militar se encarrega de impor sanções autorizadas pelo Conselho de Segurança; Apoio às atividades humanitárias: apesar das atividades humanitárias serem exercidas por civis, é dever de o componente militar assegurar a liberdade de movimentação, escoltar comboios, proteger os voluntários e os locais de armazenamento; Proteção de Civis: certas circunstâncias preveem a necessidade de os contingentes militares protegerem as populações civis vulneráveis contra ataques iminentes, mas isso só poderá ser feito dentro da área de mobilização e apenas se os contingentes possuírem capacidade.

2. O Brasil na ONU

2.1 Brasil e o Conselho de Segurança da ONU

No início da criação do Conselho da Liga das Nações, o Brasil participa como membro temporário juntamente com a Bélgica, Grécia e Espanha, tornando-se o único representante das Américas, com a não ratificação dos Estados Unidos.

O país pleiteava um assento permanente na Liga, alegando inclusive que a América não tem mais representantes na organização e que na Liga contém apenas representantes da Europa e da Ásia. Mas, foram tentativas sem sucesso, pois havia oposições, principalmente dos países da América do Sul, por qual não se sentiam representados pelo Brasil.

Em 1926, a Alemanha se coloca em voto para a entrada na Liga, mas recebeu como único veto o do Brasil, o que ocasionou em uma grande crise, fazendo com que Reino Unido (membro permanente) apresentasse um projeto de rotatividade no assento temporário, fazendo assim com que o Brasil não pudesse se reeleger com o assento, porém no mesmo ano o Brasil acaba renunciando seu assento, e, no ano seguinte, a Alemanha entra como membro permanente. A Liga foi efêmera, por ser vista com pouca representatividade, fraquezas militares e problemas estruturais, acaba sendo substituída pelas Nações Unidas.

Com a criação da ONU, o sistema de segurança coletiva concentrou-se sob o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o qual foi estabelecido estruturalmente de acordo com a conjuntura estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial, composto inicialmente por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Reino Unido, França, ex-URSS e China), e seis não-permanentes, sendo dois países latino-americanos, um do Oriente-Médio, um da *Commomwealth*, um da Europa Ocidental e um da Oriental. Em 1963, foi aprovada uma reforma na referida Carta, a qual incluiu mais quatro membros não-permanentes. Foi a única vez que a composição foi alterada.

A partir de 1965, quando a emenda entrou em vigor, o CSNU, passou a ter dez membros não-permanentes, buscando seguir uma representação geográfica, com as vagas distribuídas do seguinte modo: cinco afro-asiáticos, dois da América Latina, um do Leste Europeu, dois da Europa Ocidental e outro Estados. Esses Estados deveriam ser eleitos pela Assembleia Geral considerando-se, principalmente, suas contribuições para a manutenção da

paz e da segurança internacionais e para os propósitos da Organização[3].

Ao longo das últimas décadas, ocorreram diversas mudanças no cenário internacional, especialmente com relação ao aumento do número de Estados-Membros da ONU e as novas agendas internacionais que surgiram ao fim da Guerra Fria. A atuação do Conselho de Segurança aumentou consideravelmente nesse contexto, principalmente no que diz respeito às Operações de Manutenção de Paz.

A necessidade de reforma do órgão vem sendo discutida desde a década de 1970. Dentre as tentativas, observa-se a criação em 1969 do Comitê da Carta, que visava elaborar recomendações de diversos temas da ONU, inclusive do CSNU, contudo, tais recomendações encontraram resistência dos membros permanentes[4].

Em seus discursos na Assembleias Geral da ONU, o Brasil critica a não democratização do órgão (CSNU) e reitera que as ações tomadas pelas grandes potências demonstram a necessidade de uma revisão na Carta da ONU.

A reivindicação por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança não é uma postura recente e exclusiva do Estado brasileiro, embora o Brasil seja um dos principais países que buscam a reforma, ao lado do Japão, país eleito mais vezes pela Assembleia Geral como membro não-permanente. Além de o Brasil ter uma intensa presença nesse, ademais exerce uma robusta participação nas operações de Paz.

A partir de 1990, nota-se uma intensificação da participação brasileira em organismos multilaterais como um esforço do país para aumentar sua presença nos processos internacionais de tomada de decisão. Para tanto, no ano 1993, com Celso Amorim, o Ministério das Relações Exterior enfatiza uma reforma do Conselho, pois logo no ano seguinte, foi oficializada a candidatura do Brasil ao assento permanente. Entretanto, mesmo com o aval da República Popular da China – Membro permanente –, em 2001, porém não logrou sucesso em suas aspirações.

Pode-se afirmar que dentre as estratégias abordadas pelo Estado brasileiro, está a projeção da imagem de um parceiro confiável e que segue as regras dos regimes internacionais. À luz das evidências apresentadas pela diplomacia nacional estão a manutenção de relações de paz e cooperação com seus vizinhos, ainda que essa aproximação com a América Latina seja entendida como uma estratégia regional de projeção de poder.

Em sua busca por mais espaço na arena internacional, o Brasil tem se associado a outros Estados com interesses semelhantes. Historicamente, Brasil, Alemanha, Índia e Japão apresentaram-se como favoráveis à reforma das Nações Unidas. Juntos, constituíram o G-4 em 2004, que tem por objetivo coordenar e promover a reforma do Conselho de Segurança, com ênfase na ampliação de assentos permanentes e não-permanentes, em uma tentativa de tornar o órgão mais representativo.

O Brasil faz parte do grupo L.69, que defende a expansão do Conselho de Segurança nas duas categorias de membros e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do órgão. O grupo é composto por 42 Estados-membros em desenvolvimento de diversas regiões (incluso aqui os países que compõe o IBAS).

A formação de alianças com diversos Estados, em especial os emergentes, é uma forma de aproximação e alinhamento político dos Estados do Sul Global. Nessa perspectiva destaca-se o Comitê Sino-Brasileiro de Alto Nível de Concertação e desenvolvimento (COSBAN) e o Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), este último, é um

---

[3] UNITED NATIONS. Conseil de Sécurité-membres. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/members/>>. Acessado em, 27 de abril de 2017.

[4] AMORIM, Celso. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Política Externa. São Paulo, v. 3, n. 4, p 03-15. 1995.

mecanismo de concentração política que discute os principais temas da agenda internacional em seus Grupos de Trabalho (GT), dentre as quais se inclui a reforma do Conselho de Segurança. Trata-se, também, de certa forma de uma aproximação Social, econômica e política entre a América do Sul, a África Austral e a Índia (SACU-MERCOSUL-Índia)

2.2 Participação Brasileira nas Missões de Paz

Com início das missões de paz da ONU, a participação do Brasil não foi de demasiada importância, pois coincidiu com o início da Guerra Fria -1945 a 1991-, dificultando as aprovações de resoluções pacíficas das controvérsias no âmbito internacional. Ao fim da Guerra Fria o contexto estratégico foi alterado, expandindo os campos, tanto de atuação quanto de ideologia, que demonstra um maior comprometimento dos Estados para a manutenção da paz no cenário internacional.

A participação do Brasil no plenário internacional é crescente e tem desempenhado um papel de suma importância nas operações de paz na América Latina, África e Ásia. Ao obter destaque nas últimas décadas, há um maior engajamento do país após a década de 1990, momento esse que o Brasil contribuíra ao movimentar militares à Angola e em seguida a Moçambique. Desde então, o país aumentou o envio de tropas à operações de paz da ONU, empregando unidades nos locais, como: Angola (UNAVEM I-III); Moçambique (ONUMOZ); Timor-Leste (UNTAET/UNMISET); e Haiti (MINUSTAH). A partir dos anos 2000, porém, as mulheres começaram a integrar os contingentes brasileiros, iniciando-se pelo Timor Leste.

O Brasil contribui à: MINURSO (Saara Ocidental); MINUSTAH (Haiti); UNFICYP (Chipre); UNIFIL (Líbano); MONUSCO (República Democrática do Congo); UNISFA (Abyei); UNMIL (Libéria); UNMISS (Sudão do Sul); UNOCI (Côte d'ivoire), adquirindo maior reconhecimento pela missão no Haiti –MINUSTAH-, a qual o Brasil assumiu a coordenação e o comando das forças militares em 2004; a partir, de 2010, o Estado aumentou o envio de tropas ao Haiti, quando foi atingido por um terremoto. Hodiernamente, o Brasil lidera a força interina das Nações Unidas no Líbano por meio da Marinha brasileira, operações oriundas de Bangladesh, Alemanha, Grécia, Indonésia e Turquia[5].

A República Federativa do Brasil desenvolve programas e atividades específicas, considerando que cada Estado detém demandas e necessidades específicas, com o objetivo de coordenar e ampliar os trabalhos com a ONU, contribuindo assim para o desenvolvimento humano e o combate à pobreza nos países receptores das missões.

O Brasil é um importante ator ao mencionar *peacekeeping*- como são chamados os profissionais que trabalham sob a bandeira azul da ONU, procurando a paz em meio a guerras. É um trabalho difícil e complexo, pois no decorrer dos anos os conflitos estão diferentes, pois hoje, muitos civis já não ficam isolados como antes, eles acabam também formando grupos armados em busca da própria defesa, e muitas vezes, sem ajuda alguma.

Contudo, o país não contribui muito orçamentalmente com as operações de paz e faltam também uma política para que possa haver uma maior participação em missões de paz. A paz não é mantida somente através das forças armadas ou intervenções militares, tem-se

[5] As informações estão disponíveis em Ministério da Defesa.

que garantir também uma estabilidade, por meio das estruturas políticas, sociais e econômicas.

3. Operações de paz: Brasil-Angola

3.1. Início da história das relações Brasil-Angola até a independência brasileira

A frase concebida e vinculada a Jânio Quadros: "Portugal pode perder a Angola; mas o Brasil não." é uma das fortes representações da conexão e do carinho com a Angola e com o próprio continente africano desde a era colonial. Mas, precisamente em 1570, quando a Coroa portuguesa começou a promover as importações de africanos para o trabalho compulsório no Brasil ao qual grande maioria era de origem da Guiné Bissau, Costa da Mina, Congo e Angola. Porém, no século XVIII, 70% dos escravos trazidos pelos navios negreiros eram provenientes da Angola, culminando em um aumento ainda maior da ligação sociocultural entre os dois países. E como resultado dessa história, países como Angola e Bengala tentaram vincular-se com o Brasil em 1822, não obstante nada ocorreu. Em função do Tratado de 27 de agosto de 1825, Portugal reconhecera a independência do Brasil e deixara explícito que o Brasil não poderia criar nenhuma pretensão sobre as colônias portuguesas na África.

3.2. Posição brasileira perante a Organização das Nações unidas sobre Angola

Os governos brasileiros, perto da fase de independência dos países africanos, 1964 a 1975, na Organização das Nações Unidas - ONU - sempre mantiveram uma postura anticolonialista e a favor da autodeterminação da Angola. Nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, CSNU, que versavam a "*Self-determination*" do povo africano sob poder político português, como as resoluções 180 e 183, de 1963, o Brasil não se absteve e votou a favor das resoluções, constrangendo Portugal, mesmo possuindo forte vínculo com esse.

3.2.1. Independência da Angola - Brasil e a Sociedade internacional

A província ultramarina portuguesa, Angola, adquiriu sua independência no dia 11 de novembro de 1975. Mas, o que parecia uma transição simples de poder político tanto para a sociedade internacional quanto para o Brasil, tornara-se um evento complexo, porquanto da eclosão de três movimentos nacionalistas, em prol da quebra política e jurídica de Angola com Portugal, que proclamaram unilateralmente a independência.

Estes movimentos nacionais são: União Nacional para a Independência Total da Angola, UNITA, Frente Nacional de Libertação da Angola, FNLA, e Movimento Popular para a Libertação da Angola, MPLA. Desses movimentos, o MPLA, com demasiada influência da União Soviética, no âmbito internacional, fora o único a ser reconhecido pela sociedade internacional, e consequentemente, logo em fevereiro de 1976, a República de Angola adentra a ONU com o aval do CSNU. No âmbito brasileiro, a notícia de independência da Angola foi recebida com grande afeto; o Brasil, pois, foi o primeiro país do mundo a reconhecer a ex-colônia portuguesa. O universalismo da política externa de Ernesto Geisel tirava do escopo brasileiro a ideologia como forma de cooperação, e sim visava fontes e oportunidades comercias e políticas norteando cooperações Sul-Sul.

3.3. Impacto brasileiro nas missões de paz na Angola

Como desenvolvido os condicionantes norteadores das missões de paz da ONU e suas vertentes, a UNAVEM, Missão de Verificação das Nações Unidas na Angola, caracteriza-se como uma missão de construção e manutenção da paz. Dividida em três, UNAVEM I, UNAVEM II e UNAVEM III, sob intensa ajuda brasileira; e sua sucessora MONUA, Missão de Observações das Nações Unidas.

3.3.1 UNAVEM I

Iniciada em 20 de novembro de 1988, na resolução 626, por petição do Governo angolano e cubano, tinha como objetivo assistir a saída das tropas cubanas do território angolano. Além de ajudar a suspender hostilidades entre o governo e a oposição, UNITA. O Brasil contribuiu com 8 militares observadores e encabeçou com o militar General-de-Brigada Péricles o comando do contingente de 70 militares observadores. A missão logrou o estágio de sucesso e finalizou em maio de 1991.

3.3.2 UNAVEM II

A UNAVEM II deu continuidade aos trabalhos pacificadores já exercidos pela missão antecessora, porém a missão tinha o intuito de verificar a cessação de hostilidades entre o governo e a oposição, UNITA e FNLA, e observar e ratificar a neutralidade da polícia angolana.

A república Federativa do Brasil enviou oito observadores militares, nove observadores policiais, uma unidade médica e quatro observadores eleitorais de um total de 350 militares observadores, 89 observadores policiais, 14 paramédicos militares. A missão iniciou-se em 30 de maio 1991, após a resolução 696 do CSNU e foi concluída logo após as eleições presidenciais. Todavia, essa missão não alcançou 100% de sucesso, pois o resultado das eleições foi questionado pela oposição e as hostilidades retornaram.

3.3.3 UNAVEM III

Última Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola foi instituída unanimemente pela resolução 1106, 1997, para assistir à restauração da paz entre o Governo angolano e a UNITA. Foi embasada pelo protocolo de Lusaka, assinado em 20 de novembro de 1994, e as resoluções relevantes do CSNU. Nesta missão o governo brasileiro se impôs com o maior apoio militar da missão, um batalhão de infantaria com 800 homens, uma companhia de engenharia com 200 homens, dois postos de saúde avançados com 40 oficiais de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde e aproximadamente 40 oficiais do Estado-Maior. Ademais, enviou, durante toda a missão, em média 14 observadores militares e 11 observadores policiais. Isso constou como 39 tropas a mais que a Zâmbia, segunda maior contribuinte da mesma missão.

3.3.4. MONUA

A sucessora da UNAVEM, MONUA, suscitou-se da resolução 1118, de 1997, e tinha como objetivos: consolidar a paz; promover a reconciliação nacional após as guerras civis; criar um ambiente propício para a estabilidade e um desenvolvimento democrático. O Brasil cedeu cerca de quatro observadores militares, 20 observadores policiais, dois oficiais que atuaram no Estado-Maior e uma unidade médica. A missão durou até 1999, e encerrou-se pela derrocada do processo de pacificação, além de uma queda do suporte do governo de

Angola para uma extensão da MONUA. No entanto, a sociedade internacional não poderia deixar o povo angolano desamparado, e em razão disso a UNOA, Escritório das Nações Unidas em Angola, fora criada.

3.3.5 Brasil e Missões de paz em Angola - Análise

Como discorrido, a ênfase que o Brasil colocou e coloca em Angola ao transitar de governo para governo, na UNAVEM, não muda - Ernesto Geisel, Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Isso, portanto, transformou-se, não em uma política de governo, todavia, em uma política de Estado. Desde a independência de Angola, país esse com relações próximas com União Soviética, foi reconhecido primeiramente pelo Brasil, sob o regime militar de Ernesto Geisel, que embora em 1971 tenha votado contrariamente à entrada da República Popular da China - comunista - na ONU, restabeleceu logo em 1974 relações com esse. Portanto, os vínculos socioculturais trazidos desde 1570 fomentaram a uma visão, não ideológica, em frente a guerra fria, mas familiar, porquanto de uma história engajada e similar com Angola. Ademais, o apoio brasileiro militarmente foi de grande impacto para as missões de paz em Angola; levou, pois, a ser o quarto maior contribuinte militar às operações de paz das Nações Unidas.

4. Operações de paz: Brasil-Haiti

Em 2004, o Haiti apresentava um cenário caótico, que não se limitava apenas à esfera política. O presidente haitiano, Jean-Bertrand Aristide, enfrentava problemas para se afirmar no poder, devido às eleições conturbadas[6], ocorridas em 2000, e marcadas por denúncias de fraude. Neste período, a crise política se alastrou e acabou gerando confrontos violentos pelo país, causando preocupação na comunidade Internacional. Após a renúncia de Aristide, seu sucessor, Boniface Alexandre, permitiu que a ONU interviesse para estabilizar o país, porém, essa não seria a primeira vez.

O Haiti possui um histórico conturbado e marcado por golpes e crises, e a intervenção da ONU no país em 2004, não foi a primeira[7]. Em 1991, após ser eleito, o presidente Aristide foi derrubado por um golpe de estado liderado pelo general Raoul Cedras. A OEA se posicionou contrária ao evento e a percebeu como uma ameaça à estabilidade da região e a questão acabou sendo levada à mais alta instância das discussões sobre segurança internacional, o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 1994, após uma grave crise política e algumas tentativas de solução do caso, foi decidido através da resolução n° 940, a autorização de uma força multinacional, liderada pelos EUA e sucedida pela UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti), para retirar os militares do poder, para que, desta forma, Aristide pudesse retomar o cargo.

A figura de Aristide se repete de forma marcante na história haitiana por ter sido presidente durante os dois momentos mais importantes em que as Missões de Paz se fizeram necessárias no país. A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), foi estabelecida devido ao cenário de deterioração em que o país se encontrava. Tratava-se de um ambiente em que as instituições eram incapazes de cumprir suas funções e utilizavam da força, por meio de milícias, para satisfazer seus interesses e reprimir a oposição. Tal situação pode ser entendida como consequência do fim das forças armadas em 1995, em que vários militares se juntaram à milícias e grupos armados criminosos, que se enfrentaram no início de

[6] SOUZA NETO, 2012.
[7] LEONEL FILHO, 2010.

2004 em decorrência de denúncias de corrupção por parte do governo. Diante das pressões sofridas, Aristide renunciou em fevereiro do mesmo ano e se exilou na República Centro Africana, deixando o cargo e a responsabilidade a Alexandre Boniface, que assumiu como presidente interino e requisitou auxílio da comunidade internacional para estabilizar o Haiti. Aristide afirmou que havia sido forçado a renunciar por pressão dos EUA.

Entre 1996 e 2000, houveram ainda três missões para o Haiti: Missão das Nações Unidas para Auxílio no Haiti (UNSMIH); Missão das Nações Unidas para a Transição no Haiti (UNTMIH); e Missão das Nações Unidas de Polícia no Haiti (MIPONUH)[8]. Antecedendo a MINUSTAH, foi estabelecida uma Força Multinacional Interina que havia como objetivo solucionar os problemas enfrentados no país. Estabelecida pela resolução n° 1529, por uma votação unânime, que incluía o Brasil, foram determinadas as ações sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que autorizava os países participantes da Força a utilizar todos os meios necessários para o cumprimento da missão. Não suficiente, a MINUSTAH foi estabelecida pela resolução n° 1542 e passou a assumir as ações no Haiti como substituto da Força Multinacional Interina. Dos objetivos da Missão de Paz, se destacam, inter alia, apoio ao governo transitório, promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração dos grupos armados, restauração e manutenção da lei e da ordem, proteção de funcionários e instalações da ONU e proteção de civis de ameaça de violência física.

É interessante destacar que, apesar de o Brasil ter participado votando favoravelmente nas tentativas, anteriores à MINUSTAH, do CSNU de solucionar o impasse no Haiti, não tenha enviado tropas, por considerar as missões como de imposição de paz, havendo desrespeito à soberania do país[9].

4.1 MINUSTAH

A MINUSTAH foi estabelecida com o Brasil no comando do componente militar podendo ter até 1.622 policiais e 6.700 tropas militares de 15 nacionalidades. Os esforços brasileiros para que a missão fosse capaz de alcançar seus resultados, não se limitam apenas às questões de segurança, e a operação se destaca pelo tratamento dado pelo Brasil como uma prestação de solidariedade, *i.e.*, o trabalho exercido pelas Forças Armadas não fora simplesmente de manutenção da paz, mas um trabalho que visou questões de desenvolvimento e de ajuda humanitária. Tais ações podem ser percebidas através do envolvimento da Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY)[10], em obras que certamente trazem benefícios aos haitianos, como instalações de tribunais (feitos em parceria com o Ministério da Justiça do Haiti), recuperação de vias em Porto Príncipe, entrega de poços artesianos e construções de escolas e hospitais e doações destinadas ao desenvolvimento do país. A presença brasileira foi bem vista pelos haitianos e após o início da missão houve uma aproximação entre os dois países, o que foi um benefício à MINUSTAH. A aproximação cultural entre Brasil e Haiti, certamente foi uma razão que facilitou o trabalho que foi desenvolvido, como exemplo, em 2004 foi realizado o Jogo pela Paz entre as seleções dos dois países, que contou com a presença de Ronaldo, Ronaldinho Gaúcho, Roberto Carlos e o presidente Lula[11].

Apesar de as forças militares contarem o apoio de grande parte da população, eles

[8] Resoluções: 1063/1996; 1123/1997; 1141/1997.
[9] SOUZA NETO, 2012.
[10] Idem.
[11] CHARLEAUX, 2017.

estavam situados em um ambiente de violência urbana generalizada[12], entretanto, obtiveram sucesso em ações contra grupos armados que dominavam cidades como Porto Príncipe, Cité Soleil, Bel Air e Cité Militaire, tendo como destaque a Operação Punho de Aço, que foi responsável pela invasão a Cité Soleil, em uma ação de mais de 12 horas que envolveu mais de 11.400 soldados de 11 países diferentes[13]. As conquistas obtidas pela MINUSTAH, foram frustradas em 2010 quando um terremoto de 7.0 graus na escala Richter atingiu o país, deixando milhares mortos e desabrigados. Vários locais foram destruídos, inclusive a sede da MINUSTAH e cadeias, onde se encontravam vários criminosos detidos pelas forças militares estrangeiras atuantes no país. O evento foi responsável pela adiação do fim missão.

Ainda sobre as ações realizadas pelas Forças Armadas na MINUSTAH, vale a pena mencionar a atuação do Destacamento de Operações de Paz (DOPaz), que contou com tropas especiais do Exército Brasileiro, que tiveram grande importância no desenvolvimento de missões de alta periculosidade contra os grupos armados presentes no Haiti. Como Tahiane Stochero aborda sobre a questão em seu livro, o destacamento é composto por soldados dos tipos Comandos e Forças Especiais, que possuem grande capacidade para atuação em missões de alto risco, provenientes da Brigada de Operações Especiais. Citando Stochero sobre a atuação de tais tropas:

> "O destacamento teoricamente não existe na estrutura organizacional do batalhão brasileiro no Haiti e nunca é citado em documentos oficiais do Exército e da ONU. O grupo só aparece em relatórios sigilosos sobre as operações e de forma genérica. Poucos sabem da existência do DOPaz ou conhecem a identidade de seus integrantes".

Desta forma, é possível perceber a importância dessas tropas para o cumprimento da missão delegada às Forças Armadas do Brasil.

4.2 Resultados

Estima-se que mais de 37.000 militares brasileiros serviram a Missão para Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Os resultados positivos da missão podem ser traduzidos como oportunidade de aperfeiçoamento das tropas em situações de combate real. Como Souza Neto expõe sobre a relação do Haiti com o Rio de Janeiro, o aperfeiçoamento adquirido pode ser reaproveitado em diferentes situações em que as tropas experientes possam vir a ser empregadas, como exemplo, a pacificação do Complexo do Alemão e a segurança dos eventos de grande visibilidade que o Brasil sediou: Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Não se restringindo apenas a essa opção, as forças armadas possuem treinamentos que visam preparar novos militares integrantes de operações de paz.

A participação do Brasil na MINUSTAH pode ser vista como um marco nas operações de paz e tido como um exemplo no que diz respeito ao conceito de R2P, e a maior prova de seu sucesso é a aprovação do fim da MINUSTAH pela ONU, que será substituída pela Missão da ONU para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). O novo objetivo será o apoio ao exercício do estado de direito, à PNH e à proteção dos direitos humanos. A MINUSTAH terá sua finalização oficial em 15 de outubro de 2017 e deixará um legado de 13 anos de conquistas, o que não significa o fim da participação do Brasil em missões de paz. Recentemente, a ONU enviou uma equipe responsável pela avaliação de tropas para novas missões de paz. Isto pode indicar a possibilidade de o Brasil se envolver com outra missão

[12] SOUZA NETO, 2012.
[13] STOCHERO, 2010.

delegada pela ONU após o fim da maior operação militar das Forças Armadas Brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial.

5. O Brasil e seus Métodos de Projeção de Poder Internacional

Qual a relação entre os resultados dessas missões de paz e os objetivos de inserção internacional do país?

As operações de paz tornaram-se um importante pilar da estratégia brasileira de inserção internacional, sendo um importante instrumento da política externa, a qual projeta de forma positiva a imagem do Brasil e o torna um importante ator no cenário mundial.

Nesse sentido, as atuações de tropas brasileiras em operações de paz seguem princípios gerais da política exterior, destacando-se os princípios de não intervencionismo, imparcialidade, solidariedade e a mediação pacífica de conflitos. Dessa forma, caso haja o interesse das Forças Armadas em participar de missões internacionais, a decisão final será realizada pelo Executivo e Legislativo.

A participação das forças armadas em atividades externas ao território nacional possibilita o uso do *hard power* "suave" para um aumento do *soft power,* atributo esse que abrange a capacidade de barganha e de autonomia em âmbito internacional. Diante da suscetibilidade do aumento do *soft power* em 2005, o brasil criou o Centro de Instrução de Operações de Paz, alterado em 2010 para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que tem por finalidade a preparação de tropas para as missões da ONU, estruturado militarmente pelas forças armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica.

Em razão de suas pretensões à cadeira permanente no CSNU, o Brasil, desde a criação das Nações Unidas, tem se empenhado em participar das atividades do Conselho, contribuindo de forma ativa nas Missões de Paz. Dessa forma, ainda que o Brasil não possua força militar (*hard power*) comparável aos países que detém cadeira permanente no CSNU, essa disparidade seria "reequilibrada" pela sua constante participação em missões de paz *(soft power*).

A participação brasileira em operações de paz, tem o intuito de projeção de poder, aumento da capacidade de dissuasão e fortalecimento dos laços com os países em que emprega as suas tropas. Baseada no tripé (segurança, estabilidade e desenvolvimento) tem sido elogiada internacionalmente, em parte devido ao fato de enfatizar não somente as questões de segurança, mas também por desenvolver projetos sociais e atividades humanitárias visando a melhoria das condições de vida locais, buscando sobretudo construir uma boa relação entre as tropas e a população civil.

Para as forças armadas brasileiras, que convive em uma realidade diferente dos conflitos onde as missões de paz são estabelecidas, sejam elas interno ou externos, a participação em missões de paz significa manter parte de seus efetivos em ambiente de conflitos, permitindo maiores conhecimentos que possibilite o aprimoramento da doutrina militar por conta da convivência com tropas de diferentes nacionalidades, além de possibilitar a renovação de equipamentos das tropas, uma vez que parte desses custo são reembolsados pela ONU[14].

Houve um aproveitamento da experiência da missão de paz de Angola para o Haiti,

---

[14] CRUZ, 2015.

considerando o sucesso de ambas, por acarretar uma maior visibilidade e capacidade Brasileira para pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança. O Brasil utilizou uma quantidade de tropas militares mais ampla na UNAVEM, já que a situação naquele momento era mais crítica que se encontrava o Haiti. Em correlação às missões estabelecidas, o *soft power* coadunou-se com o *hard power para* alcançar os objetivos almejados pelo Governo Brasileiro. Portanto, a importância de ambas as missões, mesmo sendo distintas, lograram em um mesmo resultado: Angola pela aproximação sociocultural e o Haiti pela geográfica.

Conclusão

Após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas, bem como seu principal órgão o Conselho de Segurança, foi de fundamental importância para a tentativa de manutenção da paz mundial e de solução pacífica dos conflitos, em sua Carta Constituinte procurando corrigir os principais problemas da fracassada Liga das Nações.

Todavia, o sistema de segurança internacional que a Carta das Nações Unidas propunha, sobretudo tencionava evitar uma nova guerra mundial não conseguiu ser pleno e eficazmente aplicado.

A participação do Brasil nas operações de paz das Organizações Unidas, atualmente coincide com a ascensão do país na hierarquia informal das relações internacionais contemporâneas. Nas duas últimas décadas, o Brasil se tornou um ator importante no cenário internacional por sua atuação como peacekeeping. Como consequência dessa atuação, as autoridades brasileiras passaram a adotar critérios de participação em sintonia com os princípios e as diretrizes da política externa brasileira.

O histórico do Brasil em Operações de Paz apresentava até pouco tempo um padrão irregular. O grau momentâneo de devoção do governo brasileiro da hora à causa da paz e da segurança internacionais pode ser apontado como um dos fatores que influenciaram a ausência ou a presença do Brasil nas operações de paz da ONU e no sistema de cooperação do Brasil com os países Africanos, bem como a própria crença no multilateralismo como espaço privilegiado de convivência entre os Estados.

A solicitação das ONU por uma maior participação de países emergentes combinado com o reconhecimento de boas práticas brasileiras para a promoção do desenvolvimento internacional abre uma janela de oportunidade para a maior inserção do Brasil no mundo.

O Brasil enfrenta diversos desafios para uma maior inserção internacional e, para manter a nova posição, o Brasil deve preservar e/ou aumentar a quantidade e a qualidade de suas missões. Isto pode ser feito de várias maneiras, inclusive por meio da organização de sua capacidade de desdobrar especialistas em missões multilaterais de manutenção da paz.

O Brasil tem interesse e competência para fazê-lo, o que se apoia em três bases: i) primeiro, há interesse de ser e se manter necessário no âmbito multilateral internacional; ii) segundo, o Brasil detém capacidade de desdobrar seus militares e civis capacitados em missões multilaterais internacionais que buscam à promoção e manutenção da paz e da segurança internacional; e, iii) terceiro, o Brasil também dispõe de eficiência de fornecer técnicos em contextos pós-conflito, por meio de iniciativas bilaterais ou triangulares, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento internacional, tal como aconteceu na Angola.

Dessa forma, o interesse brasileiro é requisito essencial para a inclusão Estado em um âmbito internacional. Desse modo, a postura do Brasil perante o Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as operações de paz no Haiti e a cooperação militar bilateral na Angola

reflete nitidamente um direcionamento da política externa brasileira na área de segurança e defesa dos interesses brasileiros, estejam eles ligados ao aumento de seu protagonismo na esfera internacional; predomínio nas lideranças regionais; reforço da experiência militar em suas atuações nas operações de paz.

Referências bibliográficas

Angola - MONUA. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/monua/monuab.htm> Acesso em: 28 abril. 2017

Angola - UNAVEM II. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemIIB.htm> Acesso em: 28 abril. 2017

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Sítio Oficial. Disponível em: http://csnu.itamaraty.gov.br Acesos em 03/05/2017.

CERVO, A. Bueno, C. História da Política Exterior do Brasil. Editora: Universidade de Brasília 5ª Ed, 2015

CHARLEAUX, J. Qual o balanço da Missão de paz brasileira no Haiti. Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/25/Qual-o-balan%C3%A7o-da-miss%C3%A3o-de-paz-brasileira-no-Haiti>. Acesso em: 28 abr.2017.

Conheça - Brasil na ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/brasil-na-onu/#sedesONU4> Acesso em: 28 abril. 2017

Conselho de Segurança aprova o fim da missão da ONU no Haiti. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-aprova-fim-da-missao-da-onu-no-haiti/>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CORRÊA, A. R; BERNARDINO, J. M; PAULA, L. D; OLIVEIRA, T. C; BATISTA, T. M; O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU, UNESP, 2010.

Estratégia nacional para reorganização e reaparelhamento da defesa. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizaao-e-reaparelhamento-da-defesa/forca-militar-do-brasil-em-missoes-de-paz.aspx> Acesso em: 28 abril. 2017

Fausto, B. História do Brasil. Editora: Edusp 14ª Ed. 2015

FILHO, J; Operações de manutenção de paz da ONU: A eficácia do emprego dos contingentes de tropas no Timor Leste, na República Democrática do Congo e no Haiti. Disponível em:<<file:///C:/Users/Hone%20TVHD/Downloads/2010_JoaoBatistaBezerraLeonelFilho.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2017.

Forças Armadas do Brasil estão presentes em nove missões de paz da ONU. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/08/forcas-armadas-do-brasil-estao-presentes-em-nove-missoes-de-paz-da-onu> Acesso em: 28 abril. 2017

Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations. Departamento de Operações de Manutenção de Paz da Organização das Nações Unidas, 2003.

HERZ, Monica. O Brasil e a Reforma da ONU. Revista Lua Nova, n. 46. 1999

HOFMEISTER, W. Segurança Internacional - Um diálogo Europa-América do Sul. III Conferência Internacional do Forte Copacabana. Rio de Janeiro, 2007.

LUCENA, L. O Brasil e a MINUSTAH – ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira ´´altiva´´ e ´´ativa´´ em operações de paz das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/25/Qual-o-balan%C3%A7o-da-miss%C3%A3o-de-paz-brasileira-no-Haiti>. Acesso em: 29 abr.

2017.
Missões de paz encerradas. Exército Brasileiro. Disponível em:<http://www.eb.mil.br/es/unavem> Acesso em: 28 abril. 2017
Missões de Paz. Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/missoes-de-paz/-/asset_publisher/xbkIlDCFFYVl/content/apresentacao?inheritRedirect=false>> Acesso em: 28 abril. 2017.
O Brasil e as operações de paz da ONU. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www.cartacapital.com.br/internacional/o-brasil-e-as-operacoes-de-paz-da-onu-207.html/@@amp> Acesso em: 28 abril. 2017
O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: Entre a Tradição e a Inovação / organizadores: Kai Michael Kenkel, Rodrigo Fracalossi de Moraes; prefácio: Antônio de Aguiar Patriota. - Brasília: Ipea, 2012.
O Brasil e as operações de paz. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz> Acesso em: 28 abril. 2017
O Brasil em Missões de paz - Contribuições e Desafios. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www.cartacapital.com.br/internacional/o-brasil-em-missoes-de-paz-contribuicoes-e-desafios-4118.html/@@amp> Acesso em: 28 abril. 2017
O fim do império colonial em África - Independência de Angola. Disponível em: <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/o-fim-do-imperio-colonial-em-africa-independencia-de-angola/> Acesso em: 28 abril. 2017
ONU no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-no-brasil/>
Paz e segurança. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/paz-e-seguranca/> Acesso em: 28 abril. 2017
SARAIVA, M. G; As estratégias de Cooperação Sul-Sul nos Marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007; Ver. Bras. Polít. Int. 50 (2): 42-59; 2007.
SARDENBERG, R. M.; Brasil, política multilateral e Nações Unidas, Estudos Avançados, 16 (53), 2005.
STOCHERO, T. DOPaz: como a tropa de elite do Exército Brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti / Tahiane Stochero. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
UNITED NATIONS ANGOLA VERIFICATION MISSION I. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/unavemi.htm> Acesso em: 28 abril. 2017
UNITED NATIONS ANGOLA VERIFICATION MISSION III. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unavem3.htm> Acesso em: 28 abril. 2017
UZIEL, E. O Conselho de Segurança e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2010.
Você sabe o que é responsibility to protect (r2p)?. Disponível em: <<https://blog.ebeji.com.br/voce-sabe-o-que-e-responsibility-to-protect-r2p/> Acesso em: 4 de maio, 2016.
2005 World Summit Outcome. Disponível em: <https://www.un.org/en/preventgenocide/adviser/pdf/World%20Summit%20Outcome%20Document.pdf#page=30> Acesso em: 4 de maio, 2016.